

Depoentes privilegiados

Os três governadores citados por José Carlos Alves dos Santos prestarão depoimento fora do Congresso Nacional. Ontem, o presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, recebeu do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, um comunicado marcando dia, hora e local de sua inquirição: ele será ouvido por uma comissão especial, às 10h de domingo próximo, na residência oficial de Águas Claras. Em nota divulgada à noite, Roriz diz que está "absolutamente tranquilo" e reitera sua disposição em aceitar colaborar com os trabalhos da CPI.

O governador Edison Lobão, do Maranhão, comunicou-se ontem por telefone com Passarinho e disse que não pretende criar dificuldades ao trabalho da CPI. Lobão informou que a idéia de ouvir a Assembléia Legislativa do Maranhão sobre o seu depoimento foi do presidente da Assembléia, e não dele. "Eu desestimulei essa idéia", afirmou.

O governador do Maranhão divulgou nota ressaltando que, apesar de pareceres jurídicos garantirem que a CPI não tem jurisdição sobre os governos estaduais, não se recusará a colaborar com a comissão. Ele frisou que aceitou o convite na expectativa de que possa "contribuir para o aperfeiçoamento das instituições

democráticas". "Não sou acusado de nada e nem se conhecem sequer alegações contra mim. O convite que me endereçou a CPI decorre de simples referência de um ex-funcionário sem qualquer credibilidade e da decisão de ouvir todos os que por ele foram mencionados", afirma Lobão.

Comissões — O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães, disse que se os governadores quiserem a CPI indicará comissões especiais para ouvi-los em seus estados, já que eles têm amparo legal para marcar dia, hora e local para depor. Magalhães elogiou a posição adotada pelos governadores de não se oporem à decisão da CPI. "Os governadores merecem o reconhecimento pela forma como estão se colocando, evitando um confronto entre poderes", afirmou.

Magalhães informou que as comissões especiais, que tomarão os depoimentos dos governadores, serão compostas por integrantes das diferentes subcomissões. Os parlamentares não poderão pertencer ao partido do governador a ser inquirido. As comissões especiais serão lideradas, uma pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, outra pelo relator, deputado Roberto Magalhães, e a terceira pelo vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS).